

CAMINHOS DAS ÁGUAS: A PRODUÇÃO DOS BREJOS E DAS CULTURAS¹

Isabela Martins Itabaiana (UFMG-Unimontes, Brasil);

Flávia Maria Galizoni (UFMG, Brasil);

Eduardo Magalhães Ribeiro (UFMG, Brasil).

Resumo: No *gerais*, na margem esquerda do Médio rio São Francisco, Semiárido mineiro, as fontes de água foram e são delimitadoras de territórios e da soberania alimentar de sua população rural. Das chapadas aos mananciais, as populações generalistas criaram e criam domínios agrários e habitações mediadas pelo acesso à água. Nesta região, formas de insurgências designadas localmente de brejos, tiveram papel fundamental no provimento das famílias, na criação de modos de vida e de sistemas de produção de alimentos. Entretanto, políticas de modernização da agricultura implantadas na região a partir da década de 1970, concomitantemente aos cenários de mudança climática, agudizaram questões socioambientais vinculadas à morte e secamento de mananciais. Este trabalho busca analisar como os sistemas de conhecimento tradicionais interpretaram os brejos e elaboraram sistemas produtivos, e quais os efeitos de mudanças sociais e climáticas nas populações tradicionais que constituíram seus modos de vida a partir da convivência com os brejos.

Palavras - chave: Semiárido mineiro, comunidades tradicionais, etnoconhecimento.

Abstract: In *gerais*, in the left bank of the Middle São Francisco River, in the Semi-arid region of Minas Gerais, water sources have historically defined territories and food sovereignty for the rural population. From the plateaus to the springs, the generalist populations have created agricultural domains and dwellings mediated by access to water. In this region, forms of insurgencies locally designated as "brejos" have played a fundamental role in providing for families, creating ways of life, and food production systems. However, agricultural modernization policies implemented in the region since the 1970s, along with climate change scenarios, have exacerbated socio-environmental issues related to the death and drying up of springs. This work aims to analyze how traditional knowledge systems interpreted the "brejos" and developed productive systems, and the effects of social and climate changes on traditional populations that built their ways of life around these wetlands.

Keywords: Semi-arid Minas Gerais, traditional communities, ethnoknowledge.

¹Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia. Este artigo é resultado de pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Associado UFMG-Unimontes em Sociedade, Ambiente e Território. A pesquisa recebeu apoio da Capes, do CNPq, e da Fapemig. Os autores agradecem a essas instituições o auxílio recebido.

Introdução

No *gerais* do Médio São Francisco, Semiárido mineiro, as fontes de água foram e são delimitadoras de territórios e de soberania alimentar durante épocas de cheias ou de secas. As populações *geralistas*² criaram domínios e habitações mediadas pelo acesso às águas e de formas de produzir alimentos nas áreas naturalmente úmidas dessa região: os brejos. E, no decorrer da história, a convivência com as peculiaridades do clima e da diversidade ambiental resultou na formação e mobilidade das comunidades, na criação de sistemas locais de conhecimento (Santos *et al.*, 2010; Galizoni *et al.*, 2010; Souza, 2023). No entanto, a partir de meados dos anos 1970, a modernização conservadora da agricultura e o contínuo avanço da fronteira agrícola causaram profundas transformações que, aliadas aos cenários de mudanças climáticas, impuseram às comunidades rurais novas dinâmicas socioespaciais e formas de ocupar o território.

À vista disso, buscou-se neste trabalho, analisar como os sistemas de conhecimento tradicionais interpretaram os brejos e elaboraram sistemas de alimentos, e, em específico, quais efeitos de mudanças sociais e climáticas nas populações tradicionais que constituíram seus modos de vida a partir da convivência com essas áreas úmidas.

Para atingir esses objetivos estruturou-se um conjunto de procedimentos metodológicos. De início, realizou-se uma pesquisa bibliográfica (Gil, 2002), compreendendo revisão de literatura sobre o conceito de *gerais*, da história agrária do Médio São Francisco e das suas comunidades rurais, das águas e da produção em brejos.

A partir das reflexões bibliográficas, organizou-se uma pesquisa de campo para compreender como comunidades tradicionais identificavam e classificavam as áreas de brejos, buscando conhecer formas de etnoclassificação desse ambiente (Posey, 1987). Foram utilizadas duas técnicas de abordagem qualitativas: grupo focal e entrevista em profundidade com agricultores/as especialistas locais (Brandão, 2007), com o intuito de compreender as narrativas e as relações entre as pessoas e seu meio (Bauer e Gaskell, 2008).

O grupo focal foi composto por três especialistas locais o senhor Antônio Inácio

² O termo *geralista* é costumeiramente empregado na autodeterminação de alguns grupos sociais que habitam os *gerais* Sanfranciscanos. Este termo local foi imortalizado na literatura por Guimarães Rosa na obra “Grande Sertão: Veredas”. Em uma das passagens, o personagem Riobaldo menciona as andanças próximas ao rio Pandeiros, no território do *gerais*: “Dum geralista (...), ganhamos farinha-de-buriti, sempre ajudava” (Rosa, 1994, p.70).

Correa (Correia, 2010), ex-dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Januária, liderança emblemática da luta por terra e direitos humanos; Antônio Justino dos Santos (Santos et al, 2010b), agricultor tradicional do rio dos Cochos, e o pesquisador Gildarly Cruz, que estudou sobre os efeitos da seca sobre famílias rurais no *gerais* (Cruz, 2018). Utilizou-se de tópicos guias para conduzir a entrevista em grupo (Bauer e Gaskell, 2008), versando a respeito das diversas compreensões acerca dos brejos e seus bioindicadores, regimes agrários, e cenários de mudanças sociais e climáticas ocorridas no território do *gerais*.³

Para realizar as entrevistas em profundidade, realizou-se um levantamento preliminar com o técnico da Emater do município de Januária, que auxiliou no mapeamento de áreas de brejos vivos, brejos em processo de secamento e brejos mortos, compreendendo que estas diferentes situações trariam pistas referentes às mudanças ocorridas em territórios do *gerais*. Em cada um desses brejos, identificou-se comunidades e agricultores/as especialistas locais em conhecimentos sobre natureza (Brandão, 1986).

As entrevistas em profundidade foram realizadas com agricultores/as tradicionais moradores das comunidades rurais de Larga (município de Januária) e Salto (município de Bonito de Minas). Para estas entrevistas, formulou-se um roteiro com temas que passaram por: (i) histórico da família: origem do casal, deslocamentos espaciais, destino dos filhos e condições de acesso à terra; (ii) histórico de acesso à terra, ao brejo e ao rio, abrangendo combinações de usos, a renda obtida com a terra, a solta do gado e coleta de frutos nativos; (iii) técnicas de uso do brejo e da terra, no que diz respeito aos tipos de terra, o calendário agrícola, sementes, mecanização, rendimento da lavoura, manejo do gado; (iv) fontes de abastecimento de água, formas de acesso, usos e destino, fontes compartilhadas e sazonalidade dos fluxos; e também temas transversais que dialogam com usos comuns, tomadas de terra, chegada de firmas, classificações locais de terra e dos brejos, mudanças no acesso à terra e às águas e mudanças climáticas (Ribeiro, 2010). Nas entrevistas em profundidade utilizou-se também a técnica de caminhada transversal, nesta técnica os/as agricultores/as conduziam os/as pesquisadores/as pelo terreno, explicando as diferenças entre eles e como eles

³ Para realização do grupo focal e das entrevistas em profundidade contou-se com o apoio de pesquisadores Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar (NPPJ/UFMG): Flávia Maria Galizoni, Eduardo Magalhães Ribeiro, Isabela Martins Itabaiana, Roberto Nascimento Rodrigues, Laura Santana Reis Moreira, Bruno Pego e João Pedro Santos Nunes, e do técnico da Emater Weder Pereira Fernandes.

identificavam as especificidades dos diversos agroambientes (RUAS, 2006).

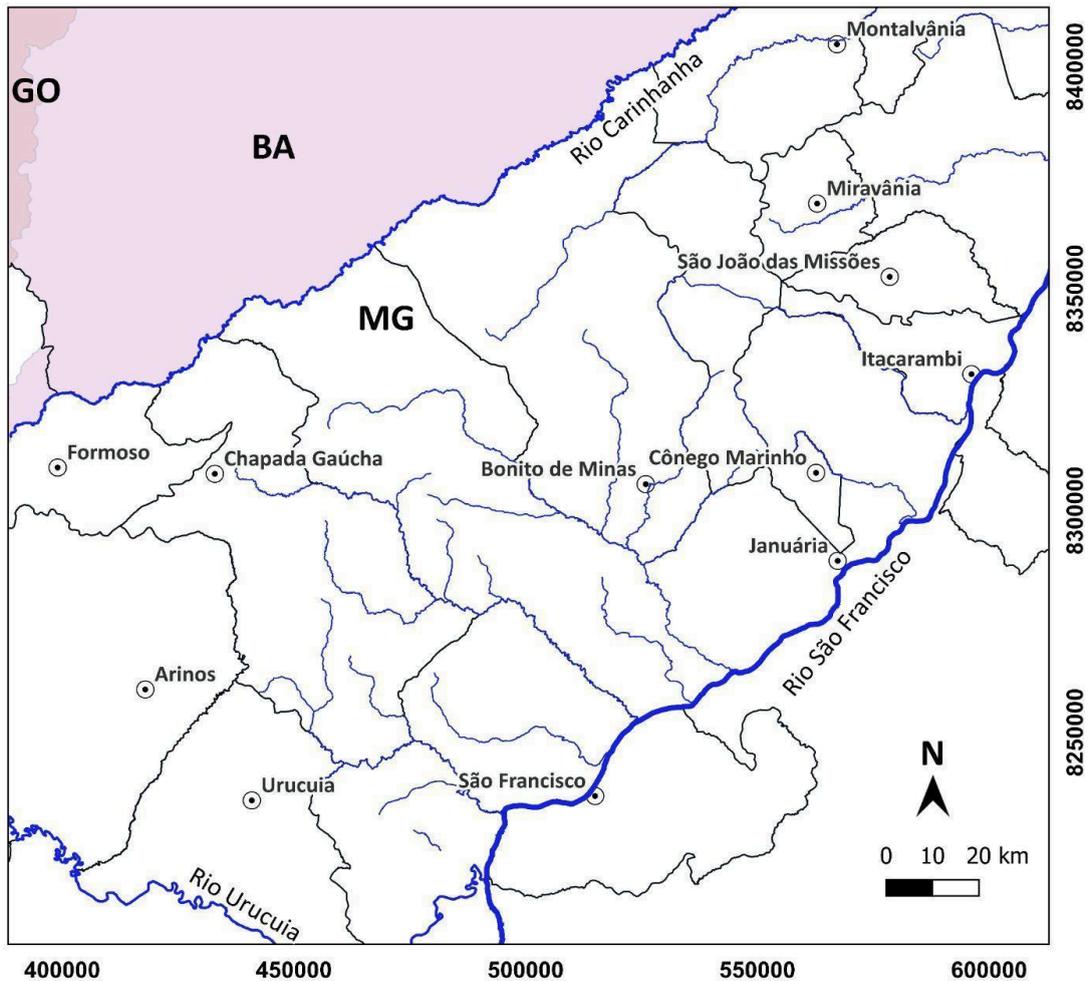
Uma breve revisão bibliográfica dos conceitos de *gerais* e de brejo

No Médio São Francisco, na margem esquerda do rio São Francisco, Semiárido mineiro, a transição entre os biomas Cerrado e Caatinga revela-se, topograficamente pela interação com solos arenosos e argilosos, nesta ordem de sucessão, em direção ao Rio São Francisco. Ao longo do caminho, o *gerais*⁴ compreende em seu relevo as chapadas áreas mais elevadas (campos gerais) e a *mata* composta por áreas mais férteis e baixas, próximas à curso d'água e a rio São Francisco. Em ambos os relevos, as fontes de água foram e são delimitadoras de territórios e de soberania alimentar durante épocas de cheias ou de secas. Nas chapadas, as populações geralistas criaram domínios e habitações mediadas pelo acesso à água e, no decorrer da história, a convivência com as peculiaridades do clima e da diversidade ambiental resultou em mobilidade espacial das comunidades e na criação de sistemas locais de conhecimento (Santos *et al.*, 2010a; Galizoni *et al.*, 2010; Souza, 2023).

O mapa apresentado na imagem 1 delimita a área compreendida como *gerais* nesse estudo, tomando como referência a margem esquerda do rio São Francisco até o rio Carinhanha, que representa a divisa do estado de Minas Gerais e Bahia, e até o rio Urucuia, representando a divisa com o Estado de Goiás.

Imagem 1. Mapa de localização do *gerais* no Médio São Francisco, margem esquerda do rio, Semiárido norte mineiro.

⁴ Optou-se por utilizar o termo gerais no singular, respeitando a denominação utilizada em comunidades rurais de Januária.



LEGENDA

- Cursos D'água
- Limite dos Municípios
- ⊙ Municípios
- Estados:**
- Bahia
- Goiás
- Minas Gerais

Conveção Cartográfica:
 Projeção Universal Transversal De Mercator
 Datum Horizontal: Sirgas2000 / Fuso 23S
 Fonte de dados: IEDE - Infraestrutura
 Estadual de Dados Espaciais
 Elaboração: Isabela Martins Itabaiana



Fonte: IEDE - Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais. Produzido por Isabela Martins Itabaiana, 2024.

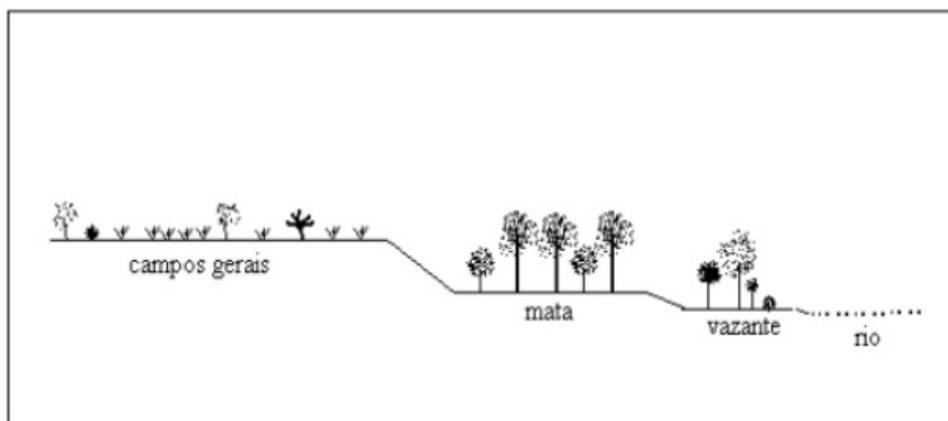
A representação do *gerais* foi abordada por Dayrell (2000) por meio de sua paisagem plural: os planaltos, encostas e vales das regiões dominadas pelos cerrados, com solos geralmente ácidos e, com exceção das terras de cultura - de baixa fertilidade natural e que garantem fonte de alimentos às comunidades locais a partir do

extrativismo de frutos nativos, das plantas de usos medicinais, do uso de madeira e da caça.

Nesta perspectiva, Ribeiro (2010) também compreendeu *gerais* para além da classificação de vegetação do cerrado, mas num encontro de transição de biomas - Cerrado, Caatinga e Mata seca - que conforma um conjunto de agroambientes, que são manejados no convívio com populações camponesas tradicionais, na construção de modos de vida e de regimes de conhecimentos.

De acordo com autores como Galizoni (2005), Ribeiro (2010) e Medeiros (2011), a diversidade de agroambientes do *gerais* se interrelaciona com diversidade de paisagens encontradas: as chapadas (os *gerais* propriamente ditos), brejos (de riachos, veredas e vazantes), culturas (de vereda e de mata seca) e vazante, estas já nas margens do rio São Francisco, como no esquema da paisagem representado na imagem 2. Mas, principalmente, estas diversidades de agroambientes se relacionam, de forma intrínseca com sistemas tradicionais de manejo da natureza e de cultivos que, quase sempre, procuraram combinar estes ambientes a partir das disponibilidades de água ao longo do ano e proporcionou por três séculos, a vida de comunidades rurais no *gerais* do Vale do São Francisco mineiro.

Imagem 2. Desenho esquemático da paisagem do *gerais*.



Fonte: Galizoni, 2005.

O termo *gerais* é, assim, utilizado para delimitar um território do Médio São Francisco onde a vegetação, a topografia, a diversidade de ambientes e, principalmente, o regime agrário mediado pelo uso comum da terra são elementos fundamentais para a caracterização de partes do território.

No *gerais* do Médio São Francisco, predomina o clima semiárido. Nesta região

formas de insurgências designadas pelas famílias *geralistas* de brejos, tiveram papel fundamental na alimentação, na territorialização, no surgimento de modos de vida e de sistemas de produção de alimentos baseados em usos peculiares e comuns de terra e águas. Os brejos são “baixões” úmidos, geralmente férteis e frescos que vão de encontro com os riachos, córregos e rios e representam agroambientes que são socialmente construídos e categorizados a partir do conhecimento tradicional sobre a natureza (Medeiros, 2011; Cruz *et al.*, 2019; Silva *et al.*, 2022).

Nos brejos, as comunidades de lavradores produziam principalmente feijão e abóbora, mas também cana, e em menor quantidade arroz e milho, também eram utilizados para o cultivo de horta. Devido sua importância, cada palmo do brejo é valorizado e ocupado de maneira que cada família tenha seu lugar para trabalhar, sendo alvo inclusive de normas próprias de herança. Quanto ao uso e ocupação do solo, as moradias e os quintais são construídos na transição entre brejo e chapada (Galizoni, 2005; Silva *et al.*, 2022).

Medeiros (2011) realizou uma distinção das áreas úmidas do *gerais*, sendo elas: a vereda e o brejo. Destacou que, para as comunidades estudadas na região do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, vereda é onde tem buritis, água límpida e areia branca. Já o brejo é um local que as pessoas não tomam banho, porque é pantanoso. Assim, de acordo com a autora, para as comunidades estudadas por ela, tem o *brejo do brejo* e o *brejo de vereda*. Indicou que para as famílias agricultoras, o brejo para além de um lugar naturalmente formado, é um ambiente construído por meio da interação do trabalho camponês com a natureza, na elaboração da roça e de relações sociais. Brejo, então, é termo empregado tanto ao brejo propriamente dito quanto à vereda, pois lança-se a uma relação de *estar*, mais do que *ser*. No saber local, o *botar brejo* significa a prática de plantar nas vargens úmidas dos cursos d’água, unido no termo modo de plantar e de *ter* a terra.

Em pesquisa na comunidade de Cabeceirinha, Silva (2020) analisou o brejo como um lugar de área úmida, alagada, pantanosa, fresca, de terra escura e forte, boa para o cultivo de mantimentos. Também diferenciou brejo e vereda. Enquanto o primeiro apresenta um “galho” – ou seja um pequeno curso d’água, a “vereda”, por sua vez, também contém um “galho” de água, porém com maior que o brejo. Além disso, o solo da vereda é mais claro e menos fértil que o do brejo.

Ribeiro e Walter (1998) identificaram a vereda como uma fitofisionomia do Cerrado com presença de palmeira arbórea *Mauritia flexuosa*, o buriti, em meio a

agrupamentos de espécies arbustivos-herbáceas, circundadas por Campo Limpo (fitofisionomia predominantemente herbácea, com raros arbustos e ausência completa de árvores), geralmente úmido. São encontradas em solos hidromórficos, ou seja, sujeitos à alternância natural de períodos de alagamento e secamento, podendo estar saturados durante a maior parte do ano. De acordo com esses autores, geralmente ocorrem em vales ou áreas planas, próximas às nascentes (olhos d'água) ou na borda de Matas de Galeria (vegetação florestal que acompanha os rios de pequeno porte e córregos dos planaltos do Brasil Central). Para os autores, a ocorrência da vereda é condicionada pelo afloramento do lençol freático, em função de camadas de permeabilidade diferentes em áreas de formações sedimentares dos períodos Cretáceo e Triássico.

A Lei 12.651 de 25 de maio de 2012 definiu vereda como uma “fitofisionomia de savana, encontrada em solos hidromórficos, usualmente com a palmeira arbórea *Mauritia flexuosa* - buriti emergente, sem formar dossel, em meio a agrupamentos de espécies arbustivo-herbáceas” (Brasil, 2012, p.4). Esta lei também denominou várzea como: “várzea de inundação ou planície de inundação: áreas marginais a cursos d'água sujeitas a enchentes e inundações periódicas” (Brasil, 2012, p.5). No entanto, não fez menção ao brejo, mas sim “áreas úmidas”, definidas por “pantaneais e superfícies terrestres cobertas de forma periódica por águas, cobertas originalmente por florestas ou outras formas de vegetação adaptadas à inundação” (Brasil, 2012, p.5).

A Lei 9.375 de 12 de dezembro de 1986, por sua vez, classificou as veredas da seguinte forma:

I - veredas de encosta - as situadas em áreas de exsudação do lençol freático, com solo arenoso, e eventualmente argiloso solo hidromórfico - com cobertura vegetal herbácea, com a presença ou não de buritis, ocorrendo nas bordas de chapadas, em declives pouco acentuados, em formas semelhantes a meia-lua;

II - veredas de superfície aplainada - as situadas em áreas de exsudação do lençol freático, com solo argiloso, freqüentemente turfoso na zona encharcada, e solo arenoso ou siltoso na zona menos úmida - solo hidromórfico -, com a presença ou não de buritis e mata-galeria;

III - veredas-várzea - as situadas em áreas de exsudação do lençol freático, em transição para áreas de acumulação de sedimentos aluviais, típicos de planície de inundação ou várzea, com vegetação transicional de espécies herbáceas e buritizais para mata-galeria. (Brasil, 1986).

É importante destacar que a legislação brasileira, apesar de se atentar para a definição e descrição dos tipos de veredas, o faz de uma forma ampla, sem mencionar os brejos.

Foi a partir da década de 1970 que agricultores/as dos *gerais* perceberam mudanças em seu território, que modificaram sua relação com os recursos naturais, principalmente com as águas. Nesta década, a privatização de terras ocasionada pela "revolução verde" e o contínuo avanço da fronteira agrícola, impactaram perversamente as relações tradicionais de acesso ao território no *gerais*. Correia (2008), Ribeiro (2010) e De Deus (2010) retrataram as grilagens de terras, a chegada da modernização através de grandes projetos de irrigação, da pecuária extensiva, da monocultura do eucalipto e o carvoejamento, e como estas atividades exploratórias, financiadas pelo governo, tomaram terras comunitárias e ocasionaram migrações. Para os que ficaram, a degradação ambiental e o cercamento de áreas comuns significaram um estrangulamento para a lida com as criações e as plantações, e, portanto, afetaram hábitos alimentares, a economia local, a relação com o trabalho, a cultura local e a gestão dos recursos da natureza.

Antônio Inácio Correia (2010), tropeiro, liderança na luta pela terra e por direitos humanos, e ex-dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Januária, narrou que a chegada das reflorestadoras “mudou tudo: o povo perdeu terras, a água diminuiu, o carvão se instalou e tudo isso com incentivo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE”. Foi a partir da modernização conservadora da agricultura (Delgado, 1985), que as comunidades passaram a ter que enfrentar grileiros, expropriação e tomadas de terras e o aparecimento de grandes empreendimentos apoiados por fomentos estatais (Correia, 2008).

A partir de então, as comunidades rurais precisaram se organizar para resistir no território e as águas escassearam, monopolizadas e destruídas pelas firmas de monoculturas de eucalipto. Precisaram desenvolver estratégias para garantir o acesso mínimo à água e à diversidade de agroambientes. Silva (2020) e Souza (2021) destacaram que a perfuração de poços em busca de água subterrânea estava se tornando uma das principais formas de abastecimento de água na região, pois as águas superficiais haviam secado em grande quantidade. Havia também um esforço em parceria com organizações sociais e públicas pelo aproveitamento das águas da chuva, com a implementação de tecnologias sociais como as cisternas de placas que coletam a chuva tanto para uso doméstico quanto produtivo, barraginhas de contenção de

enxurradas que, somadas ao reuso da água, todas elas eram alternativas cruciais para a época das secas. Também a gestão comunitária de bens e fontes por meio de associações e cooperativas agroextrativistas, desempenhavam papel importante na organização das comunidades para enfrentarem a tomada de terras e águas.

E, nesse contexto, o manejo e conservação de áreas de brejos se tornou aspecto essencial para compreender modos de vida de comunidades rurais do *gerais*.

A produção dos brejos e das culturas: dois estudos de caso

a) Salto

A comunidade quilombola de Salto, município de Bonito de Minas, é composta por 50 famílias. Nesta localidade entrevistou-se o casal João e Socorro⁵. O casal, oriundos da região do Salto mesmo, possuem dois hectares de terra que compraram de parte de um dos pais de Socorro, e usam em comum com os outros herdeiros uma gleba de cerca de 20 hectares. Mantiveram o domínio da terra, e a partir dele, o domínio da fonte de água e do brejo.

A moradia do casal foi construída em uma área de várzea, que tem uma mancha de terra de cultura, boa para plantio. Na frente da residência está o *gerais*, uma área de cerrado, de onde coletam buriti e pequi, para consumo e pra vender. Com o pequi fazem óleo e sabonete, com o que sobra da massa. Soltam o gado para se alimentar no gerais, que é uma área de uso comum. Soltam o gado tanto na seca quanto nas águas, mas prendem por um tempo para dar ração. Eles criavam 30 porcos, que afirmaram ser criação mais rentável que gado.

Nos fundos da casa entra-se a várzea propriamente dita e, logo depois está o brejo. O córrego que passa no fundo do terreno é o Salto. No quintal é possível plantar, pois é terra de cultura, mas precisa levar água, enquanto, afirmaram que o brejo é uma terra úmida que não depende de irrigação, não é necessário nem molhar ou adubar.

O casal explicou que todos da família podem usar o brejo, pois ninguém regula o acesso. A parte produtiva da terra é comum à família, a menos que seja arrendada.

Afirmam que se movimentar muito o brejo, ele pode secar, por isso conservam uma área intocada, o pântame: “se mexer muito com a água, as nascentes podem secar e mudar o curso do rio [córrego do Salto], por isso a gente usa com cuidado”. Se o pântano seca, o brejo seca também, pois o pântano, é a fonte do brejo.

João e Socorro aprenderam a trabalhar no brejo com seus pais. Classificam os

⁵ Os/as agricultores/as autorizaram o uso de seus nomes próprios neste trabalho.

brejos em novo e velho. O brejo novo é utilizado por cinco a seis anos, depois fica fraco e é deixado para descansar por dez anos antes de voltar a ser utilizado. Eles não mexem em área grande no brejo, mas trabalham na várzea para manter a terra produtiva. O brejo é mais conservado.

Antigamente, plantavam arroz e feijão no brejo. o casal realizava todo o trabalho, desde o destocar até o plantio. Começavam a derrubar a vegetação em abril, mas hoje não “botam mais brejo” porque já está todo utilizado. O fogo era colocado em maio e a destoca era feita de maio a junho. O plantio de arroz era em outubro, para colher em março. Depois do arroz, no período da seca, planta-se feijão e abóbora em junho, julho e setembro. No primeiro ano de cultivo no brejo, o feijão não costuma dar bem porque a vegetação brota muito e sombreia. No brejo, há presença de vegetação como buriti, pindaíba, embaúba e cedro. o milho também é cultivado com sucesso.

O brejo era, assim, utilizado o ano todo: plantavam arroz na estação da chuva e cultivavam feijão na seca. No brejo novo, plantavam cerca de 24 litros de feijão e conseguem colher 2.320 litros, mas essa produtividade diminui com o tempo, depois de 5 anos de uso o rendimento do feijão no brejo cai cerca de 70%.

No rio Borrachudo, abaixo da comunidade, quase não há brejo, assim há famílias que arrendam do outro lado da vereda para fazer plantação.

A área de várzea é úmida e propícia para o cultivo, costumam fazer nela o plantio de milho, mandioca, feijão de corda e andu. A mandioca demora um ano e meio para ser colhida. Produzem farinha de mandioca, que é bem apreciada. Fazem a horta na várzea, usando água de regra do córrego do Salto – fazem canais que levam água até a horta e depois volta para o rio. Perto da horta, plantam arroz e açafrão. Plantam na várzea confiando na chuva, mas se ela faltar, tinham a possibilidade de usar uma bomba para levar água aos cultivos.

Imagem 3. Plantio na várzea tendo ao fundo o pântano conservado, comunidade de Salto, Bonito de Minas.



Foto: Isabela Martins Itabaiana, 2024.

A água para o consumo da família é captada em uma fonte no córrego - cada família tem sua fonte - e levada até a casa por meio de uma bomba. A água é cristalina, pura. O casal afirmou que defender sua fonte de água é defender seu território.

b) Larga

Na comunidade de Larga, município de Januária, entrevistou-se o casal Alcides e Ivone⁶, ambos se criaram nesta comunidade, como seus respectivos pais. A família do pai de Alcides veio de Monte Azul, na Bahia. A terra onde vivem era da família do senhor Alcides. Moravam anteriormente em uma tirinha de brejo, chamada Capim de Cheiro (capim pubo, que dá em lugar úmido). Moravam próximo do brejo, mas o pai de seu Alcides, o Eduardo, comprou a herança de cinco dos seus irmãos. Então, ficaram morando numa terra só, somando 76 hectares. Tinham juntos mais de mil hectares de terra comum para solta.

Gerais, de acordo com os moradores da Larga: “é um lugar muito grande, que mistura tudo, cerrado, brejo e vargem”. É uma medida de terra, de muita extensão de terra, independente da vegetação. *Gerais* é uma solta, é uma terra solta. “Se limitou não é *gerais*”; nos *gerais* não tem cerca.

O senhor Alcides explicou que a natureza é muito diversa. Tem o cerrado é área de *larga*, solta de gado, de onde pegava frutos (buriti, babaçu), ali mais próximo da vereda. O cerrado tem uma vegetação mais densa. Na vereda, não. Tem os buritis e tem

⁶ Os/as agricultores/as autorizaram o uso de seus nomes próprios neste trabalho.

o capim, depois vem o brejo, que é na beira do rio. Tem ainda o *capão* que é um de tipo mata que indica que tem olho de água, às vezes fica perto do brejo. Já *capina*, dá no *gerais*, é a chapada, onde tem árvores baixas.

As moradias das famílias na comunidade da Larga estavam situadas nas vargens (ou várzea), mais próximas da água. As vargens, afirmaram só ficavam úmidas na época da chuva, quando encharcavam. Os brejos eram considerados o sustento da família, eram conhecidos por ser áreas úmidas, encharcadas o ano todo. Então, na transição da vargem para o cerrado, o gado pastava, abria o caminho, caçava.

As fontes de água das famílias ficam no brejo, tem várias fontes, mas não são usadas em comum, cada casa tem a sua própria fonte. Cada família tinha uma fonte onde pegava a água para beber, cozinhar, tomar banho, são fontes de água limpa e cristalina. Nesse modelo cada um usava sua fonte e respeitava a das outras famílias. Em 2024, não pega água direto na fonte, utilizavam bomba para jogar a água até as residências.

Discriminando e classificando os agroambientes dos *gerais*, o casal revelou que a vargem faz parte da vereda. O senhor Alcides relatou que: “se está entre o cerrado e o brejo, então é vargem”. Vargem é igual várzea, e é a transição entre cerrado e brejo. Tem vegetação mais de capim-agreste, capim-boi. Antigamente a várzea também era no “comum”, mas morava do lado do brejo, pois era ali é que produzia bem.

O brejo é uma parte diferente da vereda. A vereda tem buriti e o brejo não. Destacou que dentro de um grande brejo, cada morador tem um pedaço para plantio, e que os terrenos familiares costumam ser limitados pelo brejo e o rio.

O brejo e o pântano (pântame) também são distintos. O brejo fica úmido o ano todo, mas só alaga na época da chuva. O pântano fica inundado o ano todo, não abaixa o nível de água, não se produz nele, pois é o miolo do brejo. O brejo dá para esgotar e plantar. E, antigamente era utilizado pelas famílias no comum - “aqui todo mundo é parente”. Mas não precisava ser parente pra usar a terra, bastava conversar, combinar com os moradores mais antigos e utilizar uma área que não estava produzindo para evitar conflito. A parte alta da comunidade, de *gerais* e *capão* eram usadas em comum para a solta do gado. O gado ficava no alto. Não saía da região porque ali era um vão (imagem 4).

Imagem 4. Vão da Larga, Januária.



Foto: Isabela Martins Itabaiana, 2024.

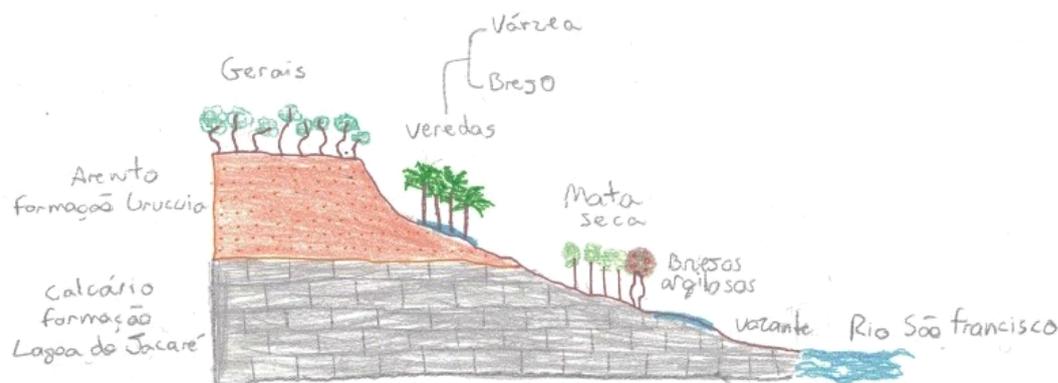
Recordam que antigamente tinham época certa de plantar, mas hoje não tem como prever, tem chovido menos e não dá para confiar no tempo da chuva. Mas ainda têm o brejo, e com suas águas, plantam seus alimentos e reproduzem seus sistemas de vida.

Brejos

Como visto, no *gerais*, os brejos tiveram e têm uma grande importância para a organização espacial e produtiva das famílias lavradoras, principalmente por conta da possibilidade de produção diversificada de alimentos ao longo do ano, possibilitando, ao menos, dois plantios um nas chuvas e outro na seca. Nas entrevistas, tanto no grupo focal quanto em profundidade, os/as lavradores/as revelaram uma conceituação êmica (Posey, 2007), específica de vereda e brejo, que se distribui pelo relevo e paisagem.

Nas áreas estudadas, tem-se topograficamente, os *gerais* (cerrado), a vereda - composta por várzea e o brejo -, e o ambiente de Mata, mais frequente próximo ao rio São Francisco, estes agroambientes estão descritos na imagem 4.

Imagem 4. Desenho esquemático dos agroambientes do *gerais*, vale do rio São Francisco.

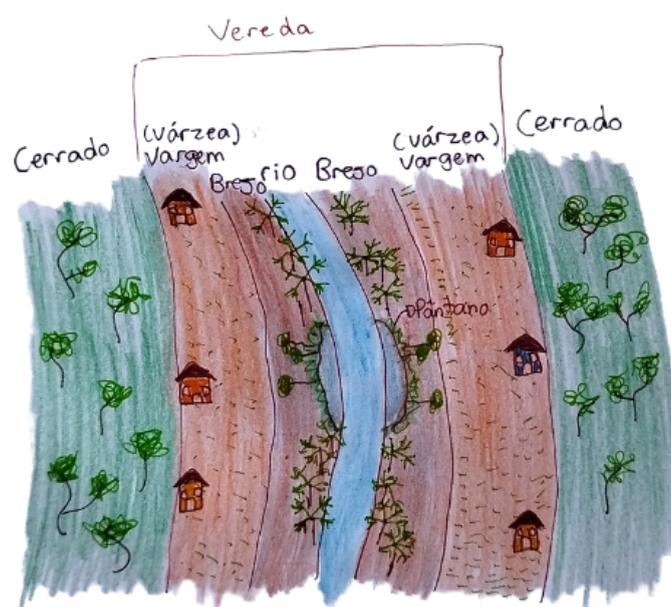


Fonte: Isabela Martins Itabaiana, 2024.

Na definição das famílias lavradoras, veredas e brejos são interligados: “ - A vereda é todo esse conjunto: vargem, pântano e brejo”. Vereda, designa assim um complexo articulado composto por várzea (ou vargem), brejo e pântano (ver imagem 5).

Partindo do curso d’água, está o pântame (ou pântano), no seu entorno as áreas de brejo, em seguida está a várzea (ou vargem), que é uma área que detém umidade, mas não é tão molhada como o brejo –, e depois vem a área de cerrado, que não é própria para agricultura no sistema tradicional de plantio.

Imagem 5. Desenho esquemático dos agroambientes que formam a vereda, de acordo com o conhecimento de comunidades rurais do *gerais*.



Fonte: Isabela Martins Itabaiana, 2024.

O brejo seria, neste conjunto, o “centro” da vereda, e é caracterizado por ter água e lama, ser uma área próxima ao curso d’água, que está sempre molhada, mesmo na seca. A área mais encharcada do brejo, é denominada de pântame (ou pântamo) ela é tão úmida que não é possível fazer plantio. Há uma sutil distinção entre brejo e “pântame” (ou pântano). O pântame é como se fosse a nascente do brejo, o “miolo” do brejo. Geralmente era preciso construir caminhos com madeira ou pedra para circular por estas áreas. Fazia-se, então, caminhos de com cascas ou folhas de buriti, por exemplo. Embaúba, pindaíba, aroeira, pau preto, são algumas árvores nativas indicadoras de ambiente de brejo; assim como animais como cobra sucuri, sapos, gias e lagarto papa vento. Comumente, no brejo são produzidos alimentos como batata doce, banana, hortaliças, arroz, feijão, um pouco de milho, melancia, abóbora.

Usam costumeiramente a técnica de “esgotar o brejo”, que por meio de pequenos canais drenam temporariamente a água do brejo para poder plantar com o feijão, milho e entre outros cultivos, a área de regra também é utilizada para molhar cultivos na várzea. Afirmam que se o brejo não for trabalhado, a água fica parada e é ruim, porque geralmente são águas têm muito teor de ferro. A água pode ser mais escura porque, no brejo tem muita matéria orgânica e argila.

Os brejos geralmente têm solos ricos que podem ser utilizados por até 10 anos seguidos, depois é necessário descansar pelo mesmo tempo de uso. Chama-se de “brejo cansado” aquele brejo que não produz mais, sendo que, nesses casos, é necessário ir para outra região trabalhar com outras famílias e combinar as áreas de produção de cada um.

Os/as agricultores/as relataram que em algumas comunidades têm pouca área de brejo e rio com bordas maiores, com vazões maiores, então formam-se brejos mais profundos e aí se encontram muitas árvores como a Embaúba e a aroeira. Tem um ditado local que afirma que: “a terra fraca tem também brejo fraco e terra forte tem brejo forte”, com terras melhores.

Nas comunidades os melhores locais para se situar casas eram próximo dos brejos, mas nas áreas de várzea. O sistema tradicional de cultivo no brejo articulava o plantio de arroz na época da chuva com o plantio de feijão, milho, abóbora e horta na estação da seca. Articulavam os cultivos de brejo com os cultivos da várzea – milho, mandioca, quiabo e feijões diversos, plantados na época que chove. Dessa forma assim garantiam boa parte do sustento da família, que era enriquecido pelo extrativismo nas

áreas de cerrado e com as criações de terreiro – galinhas e porcos. O gado na solta, ajudava a formar o patrimônio das famílias.

Os/as agricultores/as afirmaram, unanimemente, que “se não tem rio, não tem vereda”. Comentaram que a chuva antigamente era constante, mais previsível. Então, as comunidades tinham muitos rios e constituíram suas vidas em torno da produção de alimentos no brejo, mas eles, sujeitos às intervenções de firmas e monoculturas secaram. Antes produzia-se muito, agora compra-se muito no mercado urbano.

Considerações finais

Manejados e reconstruídos a partir de um profundo conhecimento que classifica os agroambientes do *gerais*, os brejos foram e são cruciais no sistema de lavoura das famílias e implicou, ao longo do povoamento no *gerais* do Semiárido norte mineiro, formas de gestão das águas e da terra, de acordo com os ciclos de mais ou poucas chuvas. Portanto, o uso dos brejos, a partir do saber local, garantiu para as comunidades rurais, o acesso à água e a produção de alimentos em suas terras férteis. Representou ao longo da história da ocupação na região, a soberania alimentar das famílias e práticas de conservação da natureza e convivência com o semiárido norte mineiro.

Por outro lado, a expansão agrícola sobre o Cerrado foi força motriz de degradação do meio com efeitos sobre as relações entre comunidades e os brejos. Diante do processo de privatização das terras e das intervenções antrópicas, aprofundaram-se cenários de secamento de mananciais, de mudanças com veranicos mais longos, variações no regime pluviométrico e nas estiagens, que impuseram desafios significativos a essas comunidades tradicionais em suas dinâmicas espaciais e produtivas, forçando-as a adaptar seus modos de vida, seus os saberes e fazeres.

Referências bibliográficas

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. p.17-35.

Brasil. **Lei nº 9.375, de 12 de dezembro de 1986**. Declara de interesse comum e de preservação permanente os ecossistemas das veredas no Estado de Minas Gerais.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Institui o novo código florestal brasileiro.

BRANDÃO, C. R. **Reflexões sobre como fazer trabalho de campo**. Sociedade e Cultura, V. 10, N. 1, Jan./Jun. 2007.

BOAVENTURA, R. S. **Veredas: berço das águas**. Belo Horizonte: Ecodinâmica, 2007.

CORREIA, A. I. **História da Peleja do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Januária contra os Grileiros e as Grandes Propriedades**. Projeto de revitalização dos Rio dos Cochos. 2008.

CRUZ, G. C; MAGALHÃES RIBEIRO, E.; GALIZONI, F. M. Semiárido, seca e “gerais” do Norte de Minas : uma revisão da bibliografia sobre o Alto-Médio São Francisco. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 13, n. 31 Dez., 2019.

CRUZ, G. C; **A Seca no Cotidiano: Estudo dos efeitos da estiagem sobre as famílias de comunidades rurais de Januária, Minas Gerais**. 118p. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil, 2018.

DAYRELL, C.A. **Os geraizeiros descem a serra**. In: LUZ, C. & DAYRELL, C.A. Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade. Montes Claros, CAA/Rede Cerrado, 2000.

DE DEUS, G.M. **Genelésio Marques de Deus, Gené**. In: RIBEIRO, E. M. (Org.). **Histórias dos gerais**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010.

DELGADO, G. C. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil:1965-1985**. São Paulo, Editoras - UNICAMP/Ícone, 1985.

GALIZONI, F. M. **Águas da vida: população rural, cultura e água em Minas Gerais**. Campinas.Tese (doutorado em Ciências Sociais). IFCH/Unicamp. Campinas, SP: 2005.

GALIZONI, F. M.; RIBEIRO, E. M.; NORONHA, A. B.; SILVESTRE, L. H.; REIS, R. P. **Águas dos Gerais**. In: RIBEIRO, E. M. (Org.). **Histórias dos gerais**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

RIBEIRO, E. M. (Org.). **Histórias dos gerais**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010.

RIBEIRO, J. F.; WALTER, B. M. T. **Fitofisionomia do Bioma Cerrado**. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. (Eds.). Cerrado: ambiente e flora. Planaltina: EMBRAPA-CPAC, 1998. p. 89-168.

RUAS, E. D. et al. Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável - Mexpar. Belo Horizonte, Emater, 2006.

SANTOS, A. J.; VIANA, A. L.; MATOS, J .G. R.; SOUZA, J. B.; PACHECO, J. M. S. **O rio, o lugar e a história**. In: RIBEIRO, E. M. (Org.). **Histórias dos gerais**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010.a

SANTOS, A. J.; SOUZA, J. B; MATOS, J .G. R.; PACHECO, J. M. S; VIANA, A. L. **Terra, lavouras e criações no rio dos Cochos**. In: RIBEIRO, E. M. (Org.). **Histórias dos gerais**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010. b

SILVA, A. K.; RIBEIRO, E. M.; CRUZ, C. G. Água, terra e memória no “gerais” do rio São Francisco: Cabeceirinha, município de Januária, Minas Gerais. *Estudo Sociedade e Agricultura*. Vol 30, n. 1, jan.- jun. 2022.

SILVA, A. K. **População e Água nos “gerais” Sanfranciscanos: um Estudo Etnográfico em Cabeceirinha, Januária, Mg.** 115p. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil, 2020.

SOUZA, R. R. **Memórias das Águas: Sociedades e águas no Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais nos séculos XIX e XX.** 115p. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil, 2023.